COORDENADORAS
Joyceane Bezerra de **Menezes** • Fernanda **Nunes Barbosa**



2024

A Prioridade da Pessoa Humana no Direito Civil-Constitucional

Estudos em Homenagem a **Maria Celina Bodin de Moraes**

EDITORA FOCO

revista segue independente e com Qualis A1, conforme a avaliação da Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior – CAPES. Com o objetivo de facilitar o acesso e a difusão do conhecimento na área do direito civil, sujeito a transformações cada vez mais velozes, o periódico constitui um instrumento de importância crucial, sobretudo para veicular os estudos pertinentes à tutela da pessoa humana.

Como dissemos na Carta Convite endereçada àqueles e àquelas que participam desta justa homenagem, atravessamos um passado recente assolado por graves ameaças à democracia e aos direitos humanos, no qual forças contrárias ao progresso civilizatório e à própria ciência desafiaram e ainda desafiam a nossa resistência, instando-nos a reiterar o compromisso intransigente com a tutela da pessoa humana e a democracia. Nos últimos anos, vimos a emergência de narrativas que buscam desconstruir, nos espaços de poder e no imaginário social, a legitimidade de sujeitos e de grupos sociais em afronta à ideia de uma sociedade plural. Tudo isso reivindica uma ação de todas e todos que atuamos com o Direito, seja para resguardar as conquistas civilizatórias alcançadas, seja para construir respostas adequadas aos desafios que se desvelam.

No livro que escreveu para a apresentação e defesa no Concurso de Titularidade em Direito Civil, pela Universidade do Estado do Rio de Janeiro (UERJ), realizado em março de 2002, publicado sob o título *Danos à Pessoa Humana: uma leitura civil-constitucional dos danos morais* (Renovar, 2003), Celina apontava esse caminho, assim dizendo: "Há quase dois mil e quinhentos anos, tendo inferido a relatividade das coisas e, daí, deduzido a máxima que significa que de cada homem individualmente considerado dependem as coisas –, Protágoras de Abdera enunciou a célebre locução 'o homem é a medida de todas as coisas'. É hora de se reconstruir o direito civil, mas é imprescindível que se o faça na medida da *pessoa* humana." (g.n.)

Foi sob essa visão que a presente obra "*A promoção da pessoa humana na legalidade constitucional*: estudos em homenagem a Maria Celina Bodin de Moraes", foi construída. Sob a premissa de que a pessoa humana (e, é também claro portanto, não apenas o homem) deve ser a medida de todas as coisas. Assim, a obra visa reafirmar o compromisso da doutrina civilista com a legalidade constitucional, promovendo a reflexão doutrinária sobre problemas concretos que afetam a pessoa nas suas relações existenciais e patrimoniais neste primeiro quarto de século. Com um olhar de esperança e sem o lapso da ingenuidade, a obra convida a todas e todos a pensar junto sobre os caminhos possíveis para garantir a tutela da pessoa humana nesta sociedade paradoxal que experimenta, a um só tempo, a fome e os riscos enigmáticos da inteligência artificial. Vale um parêntese final para registrar o afeto que moveu a todas e todos os envolvidos nesse projeto editorial que também representa a nossa gratidão à querida Celina, nossa mestra.

Joyceane Bezerra de Menezes
Fernanda Nunes Barbosa
Coordenadoras

SUMÁRIO

APRESENTAÇÃO
Joyceane Bezerra de Menezes e Fernanda Nunes Barbosa VI

PARTE I
DIREITO DIGITAL E A TUTELA DA PESSOA

DIREITO AO LIVRE PENSAMENTO NA ERA DIGITAL: A NECESSÁRIA PROTEÇÃO DAS PESSOAS CONTRA AS MÚLTIPLAS E VARIADAS ESTRATÉGIAS DE MANIPULAÇÃO
Ana Frazão 3

MODERAÇÃO DE CONTEÚDO E RESPONSABILIDADE CIVIL EM PLATAFORMAS DIGITAIS: UM OLHAR SOBRE AS EXPERIÊNCIAS BRASILEIRA, ESTADUNIDENSE E EUROPEIA
Chiara Spadaccini de Teffé e Carlos Affonso Souza 25

A TUTELA DA CRIPTOGRAFIA DE *PONTA-A-PONTA* À LUZ DA CONSTITUIÇÃO
Felipe Zaltman Saldanha 39

A PROPRIEDADE COMO INSTRUMENTO DE PROTEÇÃO DA PESSOA: NOTAS SOBRE A TUTELA DO ADQUIRENTE DE BENS DIGITAIS
Roberta Mauro Medina Maia 57

OBRAS CRIADAS POR INTELIGÊNCIA ARTIFICIAL GENERATIVA E A CENTRALIDADE DA PESSOA HUMANA NO DIREITO AUTORAL BRASILEIRO
Sérgio Branco 75

PARTE II
AUTONOMIA PRIVADA ENTRE A LIBERDADE E O DEVER

A FUNÇÃO DO TESTAMENTO: PASSADO, PRESENTE E FUTURO
Ana Luiza Maia Nevares 93

CONDOMÍNIO EDILÍCIO: CRITÉRIOS NA PRIVATIZAÇÃO E RETOMADA DE PARTES COMUNS
André Abelha 117

O COMPARTILHAMENTO DE DADOS PELA ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA
Daniel Bucar e Mario Viola 141

A CAUSA DO CONTRATO (E UM OLHAR EM DIREÇÃO À PESSOA HUMANA)
Eduardo Nunes de Souza 157

A ANÁLISE DAS PARTES COMO ELEMENTO DE INTERPRETAÇÃO DOS CONTRATOS
José Roberto de Castro Neves 183

PODERES DO JUIZ, FUNÇÃO SOCIAL DO CONTRATO E EQUILÍBRIO CONTRATUAL NA LEGALIDADE CONSTITUCIONAL
Maria Cristina De Cicco 199

A DIGNIDADE DA PESSOA HUMANA E O CONTRATO DE PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS
Marlan de Moraes Marinho Jr. 221

A AUTOTUTELA CONTRATUAL NA PERSPECTIVA CIVIL-CONSTITUCIONAL
Raquel Bellini de Oliveira Salles 239

PACTOS NO FIM DA CONJUGALIDADE E A PERSPECTIVA DE GÊNERO: DESAFIOS ENTRE AUTONOMIA E SOLIDARIEDADE
Renata Vilela Multedo e Ana Paula Bodin Gonçalves Agra 259

POR UM DIREITO CONTRATUAL NA MEDIDA DA PESSOA HUMANA: DIGNIDADE E TUTELA DAS VULNERABILIDADES CONTRATUAIS
Rodrigo da Guia Silva 275

NOTAS SOBRE O DEVER DE RENEGOCIAR NO DIREITO BRASILEIRO
Vladimir Mucury Cardoso 289

PARTE III
RESPONSABILIDADE CIVIL

DO PRINCÍPIO DA REPARAÇÃO INTEGRAL AO PRINCÍPIO DA REPARAÇÃO EFICIENTE: UM NOVO OLHAR PARA A TUTELA DA VÍTIMA
Antonio dos Reis Júnior 313

OS *NOVOS DANOS* E A RESPONSABILIDADE CIVIL NO DIREITO COMPARADO E BRASILEIRO: *NECESSIDADE, CONVENIÊNCIA OU INADEQUAÇÃO DA IMPORTAÇÃO DE NOVAS ETIQUETAS*
Eugênio Facchini Neto 333

CORPOS FEMININOS, SOCIEDADE DE CONSUMO E O PRINCÍPIO DA REPARAÇÃO INTEGRAL DO DANO NA RESPONSABILIDADE CIVIL MÉDICA
Fernanda Nunes Barbosa 353

O FIADOR, O LOCADOR E O ENCARGO DE EVITAR O PRÓPRIO DANO: RELEITURA DO PRINCÍPIO *DUTY TO MITIGATE THE LOSS* À LUZ DO DIREITO CIVIL-CONSTITUCIONAL
Flávia de Almeida Viveiros de Castro 369

NOVOS CONTORNOS DA PRESCRIÇÃO E A IMPRESCRITIBILIDADE DA REPARAÇÃO DE DANOS A DIREITOS FUNDAMENTAIS. OLHARES SOBRE FLUIR DO TEMPO À LUZ DA CONSTITUIÇÃO E ACESSO À JUSTIÇA
Gabriel Schulman 381

RESPONSABILIDADE CIVIL OBJETIVA: *O ART. 931 DO CÓDIGO CIVIL E A ANTIJURIDICIDADE*
João Quinelato 397

O CARÁTER PUNITIVO DA REPARAÇÃO NAS RELAÇÕES DE CONSUMO
Marcelo Junqueira Calixto 425

DANOS MORAIS *POST MORTEM*
Rose Melo Vencelau Meireles 433

PARTE IV
PRINCÍPIOS E CATEGORIAS IMPORTANTES À TUTELA DA PESSOA

ITINERÁRIO DA LESÃO AO TEMPO
Carlos Edison do Rêgo Monteiro Filho 449

A IMPRESCRITIBILIDADE DE DIREITOS COMO FORMA DE PROTEÇÃO DA PESSOA HUMANA
Gustavo Kloh Muller Neves 469

O CONCEITO DE ACESSIBILIDADE E AS SUAS POSIÇÕES JURÍDICAS
Joyceane Bezerra de Menezes 483

A IGUALDADE SUBSTANCIAL COMO PRECEITO FUNDANTE PARA O REGIME DAS INCAPACIDADES NO DIREITO CIVIL
Leonardo Mattietto 501

EM BUSCA DE UMA VIDA BIOGRÁFICA: REFLEXÕES BIOJURÍDICAS SOBRE O DIREITO (DEVER?) DE VIVER
Luciana Dadalto 513

A SOLIDARIEDADE COMO VALOR FUNDAMENTAL COMUM
Luiz Edson Fachin e Sandra Soares Viana 529

A DIGNIDADE HUMANA E A BUSCA PELO PLENO EXERCÍCIO DO DIREITO AO PLANEJAMENTO FAMILIAR: *INSEMINAÇÃO ARTIFICIAL CASEIRA E SEUS PRINCIPAIS DESAFIOS*
Mariana Silveira Sacramento 545

A MORADIA DIGNA NA PROMOÇÃO DA PESSOA HUMANA
Rosângela Maria de Azevedo Gomes 561

O HORIZONTE HISTÓRICO DO DIREITO CIVIL BRASILEIRO NA REDEMOCRATIZAÇÃO: REFLEXÕES SOBRE A MEMÓRIA JURÍDICA A PARTIR DA OBRA DE MARIA CELINA BODIN DE MORAES
Thaís Fernanda Tenório Sêco 573

A TUTELA JURÍDICA DO NASCITURO E A DIGNIDADE DA PESSOA HUMANA
Thiago Ferreira Cardoso Neves 591

O DIREITO AO SOBRENOME E ANCESTRALIDADE ÉTNICA-FAMILIAR
Vitor Almeida 613

PARTE I
DIREITO DIGITAL E A TUTELA DA PESSOA